

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2024

Cuiabá - MT
2024

unifacc.com.br



65 3052-8120

União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (Unifacc-MT)

FACULDADE CATÓLICA
DE CUIABÁ
Rua Pimenta Bueno, 534, Dom Aquino
Cuiabá-MT

FACULDADE CATÓLICA
DE MATO GROSSO
Rua do Seminário, 105, Cristo Rei
Várzea Grande-MT

FACULDADE CATÓLICA
DE VÁRZEA GRANDE
Av. Presidente Arthur Bernardes, s/nº, Vila Ipase
Várzea Grande-MT

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 IDENTIFICAÇÃO	5
2.1 MANTENEDORA	5
2.2 MANTIDA	5
3 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	6
4 PERFIL INSTITUCIONAL	8
4.1 HISTÓRICO	8
4.2 A IGREJA E A EDUCAÇÃO CATÓLICA	8
4.3 DOS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E ÉTICOS	11
4.4 DA GRADUAÇÃO	12
4.5 SOBRE A MANTENEDORA	13
4.6 O REGIONAL OESTE 2, DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL	14
4.7 MISSÃO INSTITUCIONAL	16
4.8 VISÃO	16
4.9 VALORES	16
4.10 OBJETIVOS E METAS	16
4.11 METAS	18
4.12 DAS FINALIDADES E PRINCÍPIOS	19
5 COMPOSIÇÃO DA CPA.....	19
5.1 ATIVIDADES DA CPA EM 2024	20
5.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
5.3 OBJETIVOS	22
5.4 METODOLOGIA	23
6 DADOS DA PESQUISA.....	23
6.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	23
6.2 AVALIAÇÃO ACADÊMICA	24
7 OUVIDORIA.	24
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25

1 APRESENTAÇÃO

A avaliação institucional interna (Autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES que, instituída pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta. De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do SINAES, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que “para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco”. A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Instituição de Ensino Superior - IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos.

As ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão e de seu autoconhecimento. O processo de autoavaliação da IES deve ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Para colaborar com as IES nesse processo, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, autarquia do Ministério da Educação - MEC, com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, sugeriu o roteiro que adotamos para a elaboração deste Relatório Institucional.

2 IDENTIFICAÇÃO

2.1 MANTENEDORA

- Mantenedora: ADAC-Associação Dom Aquino Correa
- Código da Mantenedora/ MEC: 14981
- CNPJ: 11.243.109/0001/76
- Razão Social: ADAC
- Base legal da IES: Contrato Social, Registrado junto a JUCEMAT
- Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos
- Endereço: Rua do Seminário, no 105
- Município: Várzea Grande
- UF: MT
- Telefone: (65) 3052-8120
- Site: unifacc.com.br

2.2 MANTIDA

Código da Mantida: 15433

- Nome da Mantida: Faculdade Católica de Cuiabá
- Sigla: FACC-Cuiabá
- Base legal de fusão: 15433, Portaria 364 de 13/04/2021
- Categoria Administrativa: FACULDADE
- Disponibilidade do Imóvel: Locação
- Endereço: Rua Pimenta Bueno, no 534
- Município: Cuiabá
- UF: MT
- Telefone: (65) 3052-8120
- Diretor Geral: Prof. Me. Pe. Edson Sestari
- E-mail: direcao.geral@unifacc.com.br
- Site: unifacc.com.br

3 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade Católica de Cuiabá, conforme dados da mesma e de sua mantenedora, acima apresentados, foi credenciada pela Portaria 346, de 06/02/2002, publicada no DOU em 07/02/2002. Recredenciamento pela Port. no 1068 de 02/06/2019 publicada no DOU em 03/06/2019. Ocorreu Unificação de Mantidas conforme Port. no 364 de 13/04/2021 publicado no DOU 16/04/2021, processo 202016956, (IES incorporada AUM (Código da IES -4950) com os cursos de Biomedicina, Educação Física, Enfermagem e Psicologia; e a IES incorporadora a Faculdade Cuiabá). Conforme Termo de Responsabilidade houve Transferência de Manutença em 27/05/2021 publicado em 06/08/2021. O processo de unificação de Mantidas: Processo – 20224651 foi finalizado e se encontra publicado através da Portaria SERES/MEC No 161, de 26 de Junho de 2023. Este texto baseia-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Católica de Cuiabá - FACC-CBA, construído através da avaliação das metas estabelecidas para o quinquênio 2021-2026. O PDI posiciona a instituição dentro do contexto social, bem como em suas interações com o país e com a Igreja, em sua amplitude. A orientação das iniciativas institucionais visa responder às dinâmicas mudanças sociais e seus impactos na educação, focando na formação de cidadãos preparados para um mundo caracterizado pela diversidade, solidariedade e busca do bem comum.

Nos dias atuais de crise e busca de superação, é importante inovar, repensar, criar uma nova formulação dos vínculos entre educação, pessoas e sociedade, com possibilidade de orientar o trabalho teórico e as decisões políticas. Estes são os principais desafios que a instituição permanentemente lança para si. Sendo assim, a função social da educação proposta pela Faculdade no quinquênio é a de preparar o cidadão para assumir sua identidade, exercer papéis sociais e dar significado à sua vida.

Nesse contexto é inspiradora a palavra do Papa João Paulo II na Carta Encíclica Ex Corde Ecclesiae: (...) A Universidade Católica, a par de qualquer outra Universidade, está inserida na sociedade humana. Para a realização do seu serviço à Igreja, ela é solicitada - sempre no âmbito da competência que lhe é própria - a ser instrumento cada vez mais eficaz de progresso cultural quer para os indivíduos quer para a sociedade. As suas atividades de investigação, portanto, incluirão o estudo dos graves problemas contemporâneos, como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça para todos, a qualidade da vida pessoal e familiar, a proteção da natureza, a procura da paz e da estabilidade política, a repartição mais equânime das riquezas do mundo e uma nova ordem econômica e política, que sirva melhor a comunidade humana a nível nacional e internacional. A investigação universitária será dirigida a estudar em profundidade as raízes e as causas dos graves problemas do nosso tempo, reservando atenção especial às suas dimensões éticas e religiosas. (ECE, no 32). Destacam-se também, as crescentes transformações e inovações tecnológicas que medeiam todas as dimensões das relações sociais.

Segundo Behrens (2007, p. 67), as perspectivas para o século XXI indicam a educação como pilar para alicerçar os ideais de justiça, paz, solidariedade e liberdade. As transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais o mundo vem passando são reais e irreversíveis. A humanidade tem sido desafiada a testemunhar duas transições importantes que afetam profundamente a sociedade: o advento da sociedade do conhecimento e a globalização.

De acordo com as orientações do CONAES:

Em sua fundamentação, o Projeto Pedagógico Institucional, deve expressar uma visão do mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve explicitar, de modo abrangente, o papel da Instituição de Ensino Superior-IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Em consonância com estas orientações, a Faculdade Católica de Cuiabá, a partir da nova gestão, assume o compromisso de formar profissionais comprometidos com uma prática que possa contribuir com a oferta de serviços que estrategicamente viabilizem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O projeto educativo da instituição está voltado para a preparação de pessoas comprometidas com as necessidades da população, bem como o desenvolvimento profissional voltado para novas aprendizagens em contextos reais de trabalho.

A Faculdade assume a educação como uma questão política, social, religiosa e cultural pensada a partir do envolvimento da Igreja Católica com as situações problemáticas presentes em todo o Estado de Mato Grosso, tais como: baixa qualidade de vida de parte da população, má distribuição de renda, falta de acesso à informação e à comunicação, defasagem educacional, alto índice de violência urbana e doméstica, êxodo rural, destruição da natureza, isolamento de comunidades devido a grandes distâncias geográficas, questões agrárias e indígenas, entre outras.

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI tem como objetivo o fortalecimento do papel, funções e responsabilidades da Faculdade na geração de conhecimento e na difusão dele na sociedade em que está inserida. As ações propostas neste plano têm compromisso com a defesa de um ensino de qualidade, com um trabalho de gestão democrática, e com a autonomia administrativa, didático-metodológica e científica. Também no desenho da proposta o tripé ensino, pesquisa e extensão têm configuração de inter-relação, ficando evidente e necessário o seu compromisso social, na valorização

do ser humano, na liberdade de pensamento e no espírito crítico. As atividades têm como eixo condutor a interdisciplinaridade. Acreditamos que uma abordagem interdisciplinar preserva a perspectiva múltipla e simétrica da atividade educacional com maior eficiência. Neste contexto, segundo Junqueira:

[...] a prática reflexiva dos docentes está comprometida com uma mentalidade aberta, que se defende como ausência de preconceitos, de parcialidades e de melindres e que se apresenta com responsabilidade intelectual, no sentido de o fazer e o assumir as consequências; e com entusiasmo, o que significa predisposição para enfrentar situações com curiosidade, energia, prazer, capacidade de renovação, ruptura com a rotina (JUNQUEIRA, 2000, p. 21).

No Plano de Desenvolvimento Institucional fica delineado o processo a ser seguido pela Faculdade no desenvolvimento de suas ações. A instituição estará sempre atenta às diretrizes, princípios e políticas estabelecidas pelos órgãos gerenciadores da educação superior, numa relação de busca dos avanços científicos e tecnológicos comprometidos institucionalmente com a sociedade e a qualidade de vida de seus cidadãos.

O PDI é fruto da reflexão de todos os envolvidos no processo, pois, só a partir desse esforço coletivo, a proposta ganharia legitimidade e consistência. Como afirma Sander (1984), "... a participação, de todos os envolvidos, favorece a definição justa dos espaços de contribuição e de beneficiamento individual da experiência coletiva".

Este documento institucional apresenta em sua composição o perfil institucional, ou seja, a missão, objetivos, metas e área de atuação; a trajetória da elaboração/construção do PDI e seus elementos constitutivos; a oferta de cursos; perfil do corpo docente, organização administrativa, política de atendimento aos discentes; infraestrutura; a proposta de acompanhamento do desenvolvimento institucional e os aspectos financeiros e orçamentários, bem como, sua organização didático-pedagógica nas diferentes áreas de atuação.

4. PERFIL INSTITUCIONAL

4.1 HISTÓRICO

A história da Faculdade Católica de Cuiabá, vem sendo reconstruída através de uma interface com a região Centro-Oeste onde se localiza, e com o regional Oeste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Sediada em Cuiabá, maior município do Estado de Mato Grosso, e capital do Estado. Faz-se necessário, portanto, contextualizar brevemente estes espaços para se visualizar o contexto sócio, econômico, cultural e

político que afetam diretamente uma instituição formadora e aponta para a mesma a direção de suas estratégias de inserção e expansão.

4.2 A IGREJA E A EDUCAÇÃO CATÓLICA

A Igreja Católica em Mato Grosso viveu 170 anos no regime do Padroado (1719-1889). A concessão de poderes eclesiásticos ao poder civil assegurou à Igreja Católica o lugar de única religião oficial do Estado. No entanto, o governo civil, já na abertura da História de Mato Grosso, deixou de cumprir os deveres eclesiásticos a ele confiados, e logo a seguir, com o Marquês de Pombal, rumou decididamente para dominar a Igreja Católica, distanciando-se do governo do Papa. Dada a proibição da aplicação das decisões do Concílio Tridentino até começo do Século XIX, o povo mato-grossense permaneceu na inércia devocional da Idade Média passada intacta ao período republicano, o que deixou marcas até hoje no sul do Estado.

Cuiabá permaneceu como única Paróquia por 57 anos - 1722 a 1779 - quando foi erigida a paróquia de São Luís de Cáceres. Cuiabá permaneceu única Prelazia e depois única Diocese por 145 anos – 1745 a 1910.

A República, pelo Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, cancelou a concessão do Padroado, não adotando nenhuma religião como oficial, mas respeitando todas. A Igreja Católica, se por um lado perdeu o amparo legal, deixando de ser a religião oficial do Estado, por outro, ganhou a liberdade para se organizar. Entrementes, o Papa Leão XIII injetava novo ânimo à Igreja Católica na América Latina, convocando o Concílio Plenário Latino Americano, aberto no dia 28 de maio de 1899. Esta grande reunião teve impacto direto e profundo nos caminhos da Igreja no Brasil.

Um incremento notável da vida religiosa em Mato Grosso ocorreu com a vinda de religiosos ao Brasil, agora facilitada pela queda do regime civil-religioso do

Padroado. Os primeiros a chegar a Cuiabá foram os salesianos, no dia 8 de junho de 1894 e as Filhas de Maria Auxiliadora (salesianas), no dia 9 de abril de 1895. No dia 26 de outubro de 1904 aportaram em Cuiabá os Padres Terciários Franciscanos, juntamente com as Irmãs da Imaculada Conceição (Irmãs Azuis).

Os Papas passaram a criar circunscrições eclesiásticas, atendendo mais adequadamente o povo. Devido às precárias condições econômicas e infraestruturas, várias regiões do país e particularmente do Estado de Mato Grosso permaneciam como “território de missão”. Nessas regiões foram instituídas Prelazias, ou seja, dioceses em formação, para, a seu tempo, se tornarem “sedes plenas”.

O passado político de Mato Grosso viveu momentos de grande turbulência. Dom Francisco de Aquino Corrêa era o bispo de Cuiabá. Como os políticos e os partidos políticos não se entendiam, o estado de Mato Grosso foi colocado sob intervenção

federal. A fim de pacificar os ânimos, Dom Francisco de Aquino Correia foi chamado para chefiar o governo estadual. O convite foi consensual. Todos os partidos políticos concordaram que seria ele a única pessoa capaz de apaziguar os ânimos e conduzir o estado. Como presidente do estado, Dom Aquino conseguiu pacificar os ânimos e usou de sua influência pessoal para uma liderança sem precedentes da Igreja Católica na sociedade mato-grossense.

Dom Aquino foi a última personagem da Igreja Católica a se projetar na sociedade mato-grossense a partir de dons pessoais e extraordinários e de liderança pessoal. Depois de Dom Aquino, a Igreja Católica continua a influir na sociedade não mais tanto por carisma pessoal de seus bispos, mas como organismo, como sociedade religiosa.

Após o estabelecimento da República, o clero religioso assumiu a liderança missionária entre os povos indígenas, um trabalho digno de memória.

Definitivamente foram os missionários católicos os que mais se colocaram ao lado dos indígenas defendendo a integridade de sua cultura e de seu território e até mesmo salvando tribos da extinção.

Cabe às missões católicas mato-grossenses o mérito de ter lançado os fundamentos da atual pastoral indígena brasileira. Iniciativa hoje reconhecida mundialmente como notável acerto na orientação das políticas e iniciativas em relação à defesa dos povos indígenas. O grande problema a ser enfrentado hoje é a presença dos migrantes e a chegada da expansão agrícola e pecuária às terras indígenas. O convívio entre o migrante e o nativo frequentemente não é pacífico, para prejuízo da população autóctone. Esta inevitável aproximação traz novos desafios à Igreja e à sociedade.

Historicamente a Igreja Católica no estado de Mato Grosso primou também por estar do lado dos doentes. A Diocese de São Luís de Cáceres e as Prelazias de Chapada dos Guimarães (atualmente, Diocese de Rondonópolis) e Guiratinga fundaram hospitais regionais de renome que prestaram incalculáveis serviços à população do estado, sobretudo, aos mais carentes. O mesmo pode ser dito com relação aos empenhos educativos. A Igreja Católica primou pela educação esmerada da juventude em colégios de comprovada qualidade e excelência em cada uma das Dioceses e Prelazias. Isto aconteceu e acontece no campo social. São fortes as iniciativas e o efeito das ações sociais da Igreja Católica no estado de Mato Grosso.

É daqui que partiu o primeiro impulso para que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborasse o conhecido “Plano de emergência”, merece destaque o Movimento de Educação de Base (MEB), que, nos anos 1960 e 1970 utilizou as ondas da Rádio Bom Jesus de Cuiabá, para a alfabetização de jovens e adultos em todos os

quadrantes do estado. Uma vez estabelecida a Frente Agrícola, padres e leigos deram testemunho de sangue, entregando a própria vida por causa da caridade e da justiça.

Concomitante à chegada e implantação das colonizadoras, vieram também sacerdotes, religiosos e leigos líderes de comunidades para cuidar dos aspectos espirituais e da fé dos recém-chegados. No norte do estado, geralmente a forma e o estilo de igreja que se estabelecia era aquela das regiões de origem dos migrantes, em grande parte, o modelo de igreja do sul do Brasil.

No sul do estado, os recém-chegados dialogam com os mato-grossenses natos. Desse diálogo, e desse encontro de culturas, surge em síntese, uma forma e modelo novo de ser igreja, próprio da região, mas fruto do encontro entre as culturas. Nas décadas de 1970 e 1980, a presença, atuação e força das Comunidades Eclesiais de Base foram determinantes. Das CEBs surgiu uma Igreja encarnada na vida do povo e voltada também para os seus problemas cotidianos, procurando respostas para os mesmos através das pastorais sociais.

Atualmente, irrompe-se uma modificação profunda na estrutura da cidade, alterando o relacionamento entre Igreja Católica e sociedade civil. A proliferação de religiões e filosofias testa a capacidade de união dos católicos. Mudanças rápidas de situações convergentes econômicas, políticas, culturais, ainda não bem descritas, transformam a cidade. A sociedade urbana de hoje mostra-se secularizada, individualizada, exclusivista e desumana, relativizando o relacionamento com Deus. A Igreja Católica, mais que confrontar-se com outras religiões, necessita definir-se como conjunto, buscar sua nova identidade frente ao pensamento pós-moderno, sendo sal e luz: cidade constituída sobre o monte. O tempo que se chama de “hoje” é marcado pelos fenômenos da pós-modernidade, da globalização e das inovações tecnológicas.

Esses fenômenos transformam as relações humanas. Tudo se torna muito veloz, instantâneo. As comunicações, o transporte, o comércio, as relações internacionais, a movimentação dos povos, tudo enfim explica e evidencia um tempo já concretizado de mundialização da cultura e globalização da economia e da política. A sociedade brasileira predominantemente rural é apenas uma lembrança de um passado já remoto. Tudo hoje se passa na cidade, nos centros urbanos. É nesta sociedade altamente urbanizada que a Faculdade Cândido Rondon está inserida e desenvolve seu papel.

4.3 DOS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E ÉTICOS

A Faculdade tem como princípios:

- I. O respeito à Constituição da República Federativa do Brasil e suas determinações, bem como, à legislação vigente;
- II. O respeito à dignidade humana;

III. A igualdade de tratamento a todos, independentemente de convicções filosóficas, religiosas, políticas, sociais, culturais e raciais;

IV. O compromisso pela preservação e expansão do patrimônio cultural, científico, pedagógico e tecnológico.

Desse modo, inspirados nesses mesmos princípios, a Faculdade organiza suas políticas de gestão em todas as instâncias, órgãos e unidades, pautando-se e fundamentando-se na gestão democrática, conforme as seguintes diretrizes:

I. Gestão democrática e colegiada com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica;

II. Políticas de gestão constituídas por meio de um fluxo de processos que definem como as decisões são tomadas e executadas;

III. Fluxo de processos flexíveis que visam ao fortalecimento de sua estrutura administrativa e pedagógica;

IV. Processos de planejamento estratégico privilegiando ações coletivas e inovadoras;

V. Comunicação das ações da gestão administrativa e pedagógica para a comunidade;

VI. Autonomia das decisões e deliberações dos órgãos superiores, conforme Estatuto da ADAC e do seu Regimento Geral;

VII. Garantia, na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, de infraestrutura, equipamentos e pessoal para consolidação das políticas e diretrizes estabelecidas no PPPI.

A Diretoria Acadêmica é a unidade responsável pela implantação e desenvolvimento da política e das diretrizes de desenvolvimento da graduação, pós-graduação e extensão, em conjunto com a Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Coordenadoria Extensão e apoio acadêmico.

O desenvolvimento profissional tanto do corpo gestor e docente quanto do corpo técnico se pauta nos resultados da avaliação de desempenho do docente e na formação continuada para melhoria da qualidade do trabalho. Nessa perspectiva formativa, são pautadas as seguintes diretrizes:

I. Cursos de formação continuada de gestores para todos os servidores relacionados à gestão administrativa e pedagógica da instituição definidos a partir da avaliação institucional;

II. Incentivo aos servidores para participação de programas de qualificação interinstitucional nacional e internacional;

III. Estabelecimento de uma base de relacionamento interinstitucional e interpessoal entre todos os servidores;

IV. Viabilização de retorno do egresso ao ambiente acadêmico.

V. Portanto, a instituição assume a educação como uma questão política, social, religiosa e cultural pensada a partir do envolvimento da Igreja Católica com as situações problemáticas presentes em todo o Estado de Mato Grosso, tais como: baixa qualidade de vida de parte da população, má distribuição de renda, falta de acesso à informação e à comunicação, defasagem educacional, alto índice de violência urbana e doméstica, êxodo rural, destruição da natureza, isolamento de comunidades devido a grandes distâncias geográficas, questões agrárias e indígenas, entre outras.

O fortalecimento do papel da Faculdade está na efetivação de suas responsabilidades na geração de conhecimento e na sua difusão na sociedade em que está inserida, exige que o seu PDI esteja em perfeita sintonia com a situação social do seu entorno. As ações propostas neste plano têm compromisso com a defesa de um ensino de qualidade, com um trabalho de gestão democrática, e com a autonomia administrativa, didático-metodológica e científica. Também no desenho da proposta do quadripe, ensino, pesquisa, extensão e gestão, que têm configuração de inter-relação, ficando evidente e necessário o seu compromisso social, na valorização do ser humano, na liberdade de pensamento e no espírito crítico.

4.4 DA GRADUAÇÃO

A instituição oferece os cursos de:

- **Administração:** bacharelado, oferecido no período noturno, com duração de 4 anos (8 semestres) e disponibiliza 100 vagas por ano. Foi inicialmente autorizado pelo Ministério da Educação através da Portaria no 2772, de 12 de dezembro de 2001, e essa autorização foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17 de dezembro de 2001. Posteriormente, a autorização do curso foi renovada pela Portaria no 948, de 30 de agosto de 2021, com publicação no DOU no dia seguinte, 31 de agosto de 2021. Além disso, a Portaria no 063, de 18 de outubro de 2022, publicada no DOU em 15 de dezembro de 2022, anunciou a mudança de endereço do curso para sua localização atual.
- **Biomedicina:** bacharelado, é oferecido no período noturno, com uma duração de 4 anos (8 semestres) e oferece 180 vagas anuais. Recebeu autorização inicial pelo Ministério da Educação por meio da Portaria no 1.027, datada de 5 de dezembro de 2008, e essa autorização foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 8 de

dezembro de 2008. A renovação da autorização do curso ocorreu através da Portaria no 61, de 2 de fevereiro de 2018, com publicação no DOU em 5 de fevereiro de 2018. Adicionalmente, a Portaria no 063, de 18 de outubro de 2022, publicada no DOU em 15 de dezembro de 2022, comunicou a mudança de endereço do curso para sua localização atual.

- **Direito:** bacharelado, é oferecido nos períodos matutino e noturno, com duração de 5 anos (10 semestres) e disponibiliza 100 vagas anuais. Inicialmente, foi autorizado por meio da Portaria no 1.368, de 21 de julho de 2006, com publicação no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de julho de 2006. Sua renovação de reconhecimento ocorreu através da Portaria no 760, de 21 de julho de 2017, publicada no DOU em 24 de julho de 2021. Além disso, a Portaria no 063, de 18 de outubro de 2022, publicada no DOU em 15 de dezembro de 2022, anunciou a mudança de endereço do curso para sua localização atual. Originalmente vinculado à Faculdade Cândido Rondon, que foi extinta e posteriormente incorporada pela Faculdade Cuiabá, o curso passou a ser parte da Faculdade Católica de Cuiabá. Esta transição e unificação foram oficializadas pela Portaria SERES/MEC no 161, de 26 de junho de 2023, publicada no DOU em 27 de junho de 2023.

- **Educação Física:** bacharelado, oferecido no período noturno e tem duração de 4 anos (8 semestres), disponibilizando 100 vagas anuais. A autorização inicial para o curso veio por meio da Portaria no 138, de 29 de janeiro de 2009, e foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de janeiro de 2009. A renovação dessa autorização ocorreu através da Portaria no 520, de 2 de junho de 2017, com publicação no DOU em 5 de junho de 2017. Adicionalmente, a Portaria no 063, de 18 de outubro de 2022, publicada no DOU em 15 de dezembro de 2022, anunciou a mudança de endereço do curso para sua localização atual.

- **Enfermagem:** bacharelado, é oferecido no período noturno, com uma duração de 5 anos (10 semestres) e oferece 100 vagas por ano. Foi inicialmente autorizado pelo Ministério da Educação através da Portaria no 140, datada de 30 de janeiro de 2009, e essa autorização foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 2 de fevereiro de 2009. A autorização do curso foi renovada pela Portaria no 110, de 4 de fevereiro de 2021, com publicação no DOU em 5 de fevereiro de 2021. Adicionalmente, a Portaria no 063, de 18 de outubro de 2022, publicada no DOU em 15 de dezembro de 2022, anunciou a mudança de endereço do curso para sua localização atual.

- **Psicologia:** bacharelado, é oferecido no período noturno e tem uma duração de 5 anos (10 semestres), disponibilizando 200 vagas anuais. Foi autorizado inicialmente pelo Ministério da Educação por meio da Portaria no 1.106, datada de 19 de dezembro de 2008, e essa autorização foi publicada no Diário Oficial.

Enfim, este PDI é fruto de um processo de planejamento estratégico e de uma metodologia que implicou a participação de representações de todas as instâncias da faculdade no estabelecimento de objetivos e metas. Não é um processo simples de ser realizado diante do contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus, quando as discussões foram mediadas por dispositivos tecnológicos, e os prazos parecem ser exíguos frente a tudo o que aconteceu.

Portanto, apresenta-se um plano que é fruto do diálogo sem reservas. O cumprimento de cada um dos objetivos nele estabelecidos será alcançado com a união e o comprometimento institucional de todos. Por fim, resta agradecer ao trabalho e à dedicação dos membros da Comissão de elaboração do PDI 2021-2026.

4.5 SOBRE A MANTENEDORA

A mantenedora, Associação Dom Aquino Corrêa – ADAC, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de âmbito nacional, sem vinculação político-partidária, com foro na cidade de Várzea Grande - MT e sede à Rua do Seminário, nº 105, CEP: 78.118-360, no Bairro Cristo Rei em Várzea Grande/MT, com registro de seu estatuto em cartório da comarca de Várzea Grande, sob número de registro nº. 1.039, protocolo nº. 64.156 de 23 de abril de 2009, é uma Instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, em Mato Grosso, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, Regional Oeste 2.

A ADAC obteve a declaração de utilidade pública municipal através da Lei Nº 4.867/2021 sancionada em 21 de dezembro de 2021, pelo prefeito de Várzea Grande Kalil Sarat Baracat de Arruda. A associação também goza de utilidade pública estadual através da Lei 11.750/2022, do Deputado Estadual Dilmar Dal Bosco, sancionada pelo governador Mauro Mendes em 03 de maio de 2022.

A ADAC tem por finalidade criar e manter instituições de educação com os seguintes objetivos:

I. Proporcionar formação humana integral, com particular ênfase nos aspectos filosóficos, teológicos, social, ético, religioso, pastoral, da sociedade, do clero de Mato Grosso, e de institutos religiosos e seculares;

II. Estabelecer redes, parcerias, convênios e intercâmbios com associações, organizações não governamentais, universidades, escolas, poder público, e outras entidades de pesquisa, ensino, cultura e arte, participando do desenvolvimento de um trabalho conjunto voltado para a população;

III. Oferecer assessoria e propiciar articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão favorecendo o desenvolvimento da sociedade e da Igreja Católica Romana, bem como de outras denominações religiosas que desejam contribuir para a construção e fortalecimento de uma sociedade humana, justa e fraterna;

IV. Promover uma maior integração entre as diversas dioceses do Regional Oeste 2 da CNBB, estabelecendo canais de comunicação, articulação de redes presenciais e virtuais de ensino;

V. Contribuir para a identificação e o desenvolvimento de lideranças religiosas e leigas comprometidas com as agendas religiosas e sociais do Regional Oeste 2 da CNBB;

VI. Promover cursos, seminários, palestras e eventos religiosos e sociais ligados a assuntos de interesse cultural, artístico, educativo, socioambiental e humanitário;

VII. Documentar, processar registros, criar banco de dados e publicar periódicos, livros, vídeos, documentários, CDs e afins para divulgação e promoção de suas atividades nas áreas de educação, cultura, como material complementar para fins didático-informativos e de consulta e pesquisa;

VIII. Realizar programas de educação à distância utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação e demais recursos de multimídia.

Para atender a esses objetivos, a ADAC criou, inicialmente, em assembleia ordinária, a União das Faculdades Católicas de Mato Grosso-UNIFACC-MT, tendo como horizonte e projeto futuro a transformação das IES: Faculdade Católica de Mato Grosso e a Faculdade Católica de Mato Grosso em Centro Universitário Católico (2023), depois Universidade Católica de Mato Grosso (2026) e, finalmente, em Pontifícia Universidade Católica de Mato Grosso-PUC-MT. A ADAC também é mantenedora do Instituto Católico Técnico Profissionalizante-ICET-MT, credenciado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, no dia 08 de março de 2022, ato 079/2022/CEE/MT.

4.6 O REGIONAL OESTE 2, DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Em 1962, a Assembleia Geral da CNBB, realizada no Rio de Janeiro, resolveu criar Secretariados Regionais para viabilizar um planejamento de Pastoral de Conjunto. A CNBB, atendendo às sugestões do Papa João XXIII, lançou o Plano de Emergência, primeira tentativa de planejamento pastoral nacional no Brasil. Para isto, criou sete Secretariados Regionais, entre estes, o de Goiânia, que abrangia Goiás e Mato Grosso.

A primeira Assembleia Regional do Centro-Oeste ocorreu em 1963, em Goiânia. No ano seguinte, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reunida em assembleia geral decidiu criar mais um secretariado regional. Surge, então, naquela assembleia geral de

1964, o Regional Extremo Oeste para atender ao estado de Mato Grosso que, na época, abrangia também o que hoje é Mato Grosso do Sul. Em seu aspecto religioso, Mato Grosso desenvolveu sobremaneira o projeto do Movimento de Educação de Base-MEB, germe da Pastoral de Comunidades Eclesiais de Base.

Outro ramo bem desenvolvido foi a Pastoral Indígena. A Igreja de Mato Grosso apresentou um plano de renovação missionária com base em pesquisas antropológicas. O plano foi elogiado e acolhido pelas autoridades governamentais encarregadas das relações com os povos indígenas. Como fruto da Pastoral Indígena renovada, ocorreu em Diamantino, de 17 a 19 de abril de 1974, a Primeira Assembleia de Chefes Indígenas, realizada no Brasil.

A partir de 1974, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Cuiabá, acompanhou de perto o movimento popular de ocupação das primeiras áreas da cidade, apresentando às autoridades civis até então desprevenidas, a necessidade do povo, ensinando, assim, a criação dos primeiros bairros residenciais da capital, após o início da Frente Agrícola.

Na tensão gerada pelo governo militar, ocorreu a perseguição ao Bispo-prelado de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, que por pouco não foi exilado do Brasil, e o assassinato do Pe. João Bosco Penido Burnier, Jesuíta, em 1986.

As lideranças religiosas e leigas de Mato Grosso, secundadas pelos seus Bispos apresentaram na 25ª Assembleia Geral da CNBB de 1987, a necessidade da criação de um regional próprio para Mato Grosso. Um vasto território, uma realidade missionária, novas cidades surgindo e crescendo muito rapidamente. Além disso, a CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil, já havia estabelecido um Regional em Mato Grosso.

Diante desses fatos, no dia 29 de abril de 1987, os bispos reunidos em assembleia aprovaram a criação de outros dois regionais: Oeste-1, com sede em Campo Grande, para o estado de Mato Grosso do Sul e o Oeste-2, com sede em Cuiabá, para o estado de Mato Grosso. O Regional Oeste 02 tem uma superfície geográfica de 906.140,7 km² e uma população de 2.568.489 (IBGE 2006) e densidade demográfica de 3,00 hab./km².

Os planos pastorais, tendem a fortalecer a Pastoral de Conjunto, característica importante do Regional Oeste 2, e facilitar o intercâmbio entre as experiências eclesiais, pois a região é dificultada pelas distâncias, transportes e outros problemas. Em 1992, o Regional mudou sua sede provisória da Praça do Seminário para a definitiva - CENE - à Rua Professora Tereza Lobo, 399. Outro avanço pastoral, sobremaneira notável, ocorreu com a criação do seminário Maior, atendendo às Dioceses mato-grossenses: Studium Eclesiástico Dom Aquino Corrêa – SEDAC, situado em terreno próprio em Várzea Grande, criado a 21 de setembro de 1998, e tendo sido inaugurada sua sede em 05 de fevereiro de 2001.

Os seminaristas vivem em casas próprias das dioceses e estudam nas dependências do SEDAC. O referido instituto foi Recredenciado no MEC como Faculdade Católica de Mato Grosso-FACC/MT através da Portaria nº 732, DE 1º de Abril de 2019, publicada na seção 1, p.35 de 2º de Abril de 2019.

O Regional Oeste 2, em sua coordenação geral, é composto pelo CRP (Conselho Regional de Pastoral), pelo CER (Conselho Episcopal Regional) e um secretário regional de pastoral. O regional é composto por oito dioceses, a saber:

- **ARQUIDIOCESE DE CUIABÁ**

- Arcebispo: Dom Mário Antônio da Silva

- **DIOCESE DE BARRA DO GARÇAS**

- Bispo: Dom Paulo Renato Fernandes Gonçalves de Campos

- **DIOCESE DE CÁCERES**

- Bispo: Dom Jacy Diniz Rocha

- Bispo Emérito: Dom José Vieira de Lima

- **DIOCESE DE DIAMANTINO**

- Bispo: Dom Vital Chitolina

- **DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE – PARANATINGA**

- Bispo: Dom João Aparecido Bergamasco

- Bispo Emérito: Dom Derek John Christopher Byrne

- **DIOCESE DE JUÍNA**

- Bispo: Dom Neri José Tondello

- **DIOCESE DE RONDONÓPOLIS – GUIRATINGA**

- Bispo: Dom Maurício da Silva Jardim

- **DIOCESE DE SINOP**

- Bispo: Dom Canísio Klaus

O Regional Oeste 2 é atualmente composto por 185 paróquias e 344 padres. É nesse ambiente Eclesial que está inserida a Faculdade Católica de Cuiabá.

4.7 MISSÃO INSTITUCIONAL

Formar cidadãos por meio do ensino e extensão, e, quando possível, da pesquisa, na perspectiva cristã-católica, capacitando-os científica, humana, cristã, ecológica e tecnicamente para a promoção da inclusão social, da justiça, da ecologia integral – do cuidado da casa comum – e da solidariedade.

4.8 VISÃO

Ser referência regional no ensino e extensão, e, quando possível, da pesquisa, consolidando se como uma instituição fomentadora de ideais e propostas coletivas, fundamentados na qualidade, na ética, no profissionalismo e na busca do crescimento pessoal e coletivo, inspirada na formação humana-cristã e ecologicamente integrada.

4.9 VALORES

São VALORES que permeiam a cultura e a prática acadêmico-administrativa institucional das Faculdades pertencentes a UNIFACC:

I. **ÉTICA:** construção do saber na articulação rigorosa entre o ethos científico e os valores morais que devem orientar a conduta pessoal e profissional.

II. **JUSTIÇA:** exigência de que a produção dos saberes, das ciências e das tecnologias sirva ao desenvolvimento humano, da sociedade e do meio ambiente.

III. **VERDADE:** resultado do processo de construção dos saberes, com respeito à liberdade acadêmica de investigação e compromisso com a solução dos problemas regionais, nacionais e internacionais.

4.10 OBJETIVOS E METAS

I. Contribuir para a formação de uma cultura superior adaptada à realidade brasileira nas diversas áreas de conhecimento humano e religioso, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;

II. Incentivar o trabalho de gestão, ensino, extensão e pesquisa, visando ao desenvolvimento.

do conhecimento humano e religioso, bem como à criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

III. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa, produzidas na Faculdade Cândido Rondon;

IV. Estimular o conhecimento reflexivo dos problemas atuais, preferencialmente os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade, bem como estabelecer com ela relações de reciprocidade;

V. Criar condições que possibilitem uma síntese reflexiva entre a experiência de fé e o exercício acadêmico-científico nos cursos oferecidos pela instituição;

VI. Oferecer cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu de acordo com a necessidade regional, com vistas à formação permanente dos egressos e da comunidade em geral;

VII. Difundir os resultados do ensino, da investigação, reflexão e extensão, colocando-os a serviço da comunidade e da sociedade, através do ensino e de publicações como informativos, revistas, correio eletrônico, página eletrônica, eventos, etc.;

VIII. Ampliar a oferta de cursos na perspectiva de atender às necessidades da sociedade em geral

4.11 METAS

Para alcançar os objetivos elencados, a Faculdade estabeleceu algumas metas de curto prazo que serão prioridades no período de vigência do PDI:

I. Melhoria dos laboratórios.

II. Ampliar e aperfeiçoar a política de gestão de pessoas.

III. Desenvolver e articular prática da gestão institucional integrada.

IV. Ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em áreas estratégicas de Mato Grosso.

V. Instituir novas políticas institucionais para tecnologias da informação.

VI. Aperfeiçoar diretrizes educacionais na forma de atendimento das demandas do estado.

VII. Consolidar o programa de acesso, permanência e êxito na graduação. V

III. Fortalecer a política de comunicação institucional.

IX. Fortalecer a inovação e a transferência de conhecimento e de tecnologia.

- X. Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- XI. Ampliar os serviços de TI ofertados na unidade em conformidade com as políticas institucionais de TI.
- XII. Aquisição de Secretaria Acadêmica Digital.
- XIII. Ampliar o número de projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão voltados para a educação básica.
- XIV. Acompanhamento de índices de retenção e evasão com propostas de solução. XV. Acompanhar indicadores de avaliação externos e busca de melhorias das fragilidades detectadas.
- XVI. Desenvolver ações para egressos ou envolvendo egressos.
- XVII. Investir na comunicação interna e externa.
- XVIII. Ampliar projetos de Ação e Inovação Social.
- XIX. Ampliar a realização de eventos integrados.
- XX. Incluir linhas e ações de Pesquisa e Extensão nos PPCs dos cursos ofertados.
- XXI. Expandir e qualificar o corpo docente.
- XXII. Aprimorar o processo de auto avaliação institucional com base nas diretrizes e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – 2021-2026.
- XXIII. Adquirir, expandir e atualizar permanentemente o acervo, programas de software, equipamentos e demais itens constantes na biblioteca bem como recursos tecnológicos de apoio didático.
- XXIV. Fortalecer o diálogo com outras instituições educacionais para formar parcerias e convênios.

4.12 DAS FINALIDADES E PRINCÍPIOS

A Faculdade Católica de Cuiabá conta com as seguintes FINALIDADES:

- I. Ofertar a formação humana com base nos conhecimentos técnico-científico e humanístico cristãos.

II. Desenvolver nas e com as pessoas a visão crítica e reflexiva que compreendam os valores cristãos da tradição judaico-cristã, em contexto de pluralismo religioso.

III. Promover e divulgar conhecimentos que constituam patrimônio da humanidade, dentre eles a tradição judaico-cristã, comunicando o saber por meio do ensino, da extensão e da pesquisa, bem como das publicações, estimulando a formação continuada dos docentes, discentes e de pessoal administrativo.

São PRINCÍPIOS da Faculdade Católica de Cuiabá:

I. Fortalecer a Unidade de patrimônio e de administração como bem da sociedade;

II. Estruturar-se organicamente em espaços colegiados;

III. Indissociabilizar a relação entre a gestão, ensino, extensão e pesquisa;

IV. Cultivar as áreas básicas do conhecimento, ensinado em razão de si mesmo ou em função de aplicações possíveis;

V. Flexibilizar métodos e critérios de formação e de avaliação para atender as diferenças entre as pessoas, as peculiaridades locais e regionais, na oferta dos cursos em vários níveis, projetos de extensão, pesquisas e programas de estudos;

VI. Racionalizar a organização com utilização plena dos recursos materiais e humanos disponíveis.

5 COMPOSIÇÃO DA CPA

A comissão da CPA foi nomeada pela Direção-Geral, conforme Portaria no 0019/2024 - DG de 03 de fevereiro de 202. A nomeação ocorreu após eleição entre os pares, sendo substituído 1 dos representantes docentes e um dos representantes discentes, sendo assim composta pelos seguintes membros:

NOME				SEGMENTO REPRESENTATIVO
Luciana Marques	Regina da	Conceição		Representante dos Técnicos – Titular Presidente da CPA
Rúbia Araújo	Coelho			Representante dos Docentes – Titular (Vice-Pres. da CPA)

Rita Baldini da Costa	Representante dos Docentes – Suplente
Marcos de OLiveira Almada	Representante dos Técnicos – Suplente
Matheus Pinheiro Spósito	Representante dos Discentes- Titular
Ana Karolynne Silva Nunes	Representante dos Discentes- Suplente
Jonel Benedito Ferreira de Arruda	Representante da Sociedade Civil Organizada - Titular
Alexandre Pacher	Representante da Sociedade Civil Organizada - Suplente

Período de mandato: 3 anos (permitido a recondução).
Ato de designação da CPA: Portaria da Direção Geral.

5.1 ATIVIDADES DA CPA EM 2024

A Faculdade Católica de Cuiabá iniciou as suas atividades em 1999, atuando no ensino superior, estabelecendo seu compromisso com responsabilidade social e ética, visando contribuir para o desenvolvimento da sociedade local e regional.

Dessa maneira, o presente relatório apresenta de forma objetiva e pontual o resultado do processo avaliativo realizado com a comunidade acadêmica da Faculdade Católica de Cuiabá.

Para desenvolver o processo de Autoavaliação a CPA assumiu como postulados, além da democracia institucional, a liberdade nas ações, realizadas com ética e articulação dialógica entre qualidade e quantidade. Tais ações mantêm a sensibilidade institucional para mudanças, tendo os seguintes princípios como norteadores:

- Responsabilidade social, vista como uma ação sistêmica de todos os seus projetos;
- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade institucional;
- Continuidade, entendida como procedimento incontinente dos objetivos e metas institucionais, sociais e governamentais;
- Comparabilidade, por meio da busca de uma padronização de conceitos e indicadores;

- Respeito à identidade da Instituição, considerando as características próprias da Instituição e sua representatividade no meio político, social e econômico;
- Legitimidade, isto é, a adoção de metodologias e construção de indicadores capazes de conferir significado às informações, que devem ser fidedignas;
- Reconhecimento, pelos agentes, da legitimidade do processo avaliativo, seus princípios norteadores e seus critérios.

Estes princípios constituem fundamento para implementação e validação do processo autoavaliativo, resultando neste relatório elaborado pela Comissão Própria de Autoavaliação - CPA, que se refere ao ano de 2024.

A Faculdade Católica de Cuiabá tem um compromisso contínuo com a qualidade do ensino superior, buscando sempre aprimorar sua estrutura acadêmica e administrativa. Este relatório apresenta uma análise objetiva e pontual do processo avaliativo realizado com a comunidade acadêmica, considerando aspectos essenciais para o desenvolvimento institucional.

A autoavaliação foi conduzida pela Comissão Própria de Autoavaliação (CPA), pautada nos princípios de responsabilidade social, reconhecimento da diversidade, respeito à identidade institucional, continuidade, comparabilidade, legitimidade e participação ativa da comunidade acadêmica. O objetivo principal desse processo é impulsionar a melhoria contínua da qualidade acadêmica e promover o desenvolvimento sustentável da instituição.

5.3 OBJETIVOS

Realizar uma avaliação abrangente da Faculdade, permitindo uma autoanálise crítica e valorativa da coerência entre a missão institucional estabelecida e as políticas e ações efetivamente implementadas ao longo do ano letivo de 2024. Essa avaliação tem como objetivo principal impulsionar a melhoria contínua da qualidade acadêmica e promover o desenvolvimento sustentável da instituição de ensino superior (IES).

Enfatizar o conceito da Autoavaliação Institucional como um processo educativo e participativo, visando gerar, em todos os membros da comunidade acadêmica, uma

autoconsciência crítica sobre as qualidades, desafios e oportunidades de melhoria para o presente e o futuro. Esse processo deve estabelecer mecanismos institucionalizados e participativos, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnicos administrativos e sociedade civil), a fim de promover uma cultura de avaliação contínua e aprimoramento institucional.

Utilizar os resultados da autoavaliação como insumos para a definição de planos de ação e estratégias institucionais, visando a melhoria contínua dos processos acadêmicos, administrativos e de gestão, bem como o aprimoramento das políticas e práticas institucionais, alinhadas à missão, visão e valores da Faculdade

A pesquisa contou com a participação de estudantes de diversos cursos, possibilitando uma visão ampla da percepção acadêmica. Os dados obtidos refletem a opinião coletiva sobre diferentes aspectos institucionais, permitindo a identificação de pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias.

5.4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a pesquisa combina três abordagens complementares: análise do discurso, análise documental e análise quantitativa de dados de questionários semiestruturados. Cada uma dessas técnicas contribui para uma compreensão ampla e detalhada do objeto de estudo, sendo a amostra utilizada: comunidade acadêmica.

Análise do Discurso

A análise do discurso é uma abordagem qualitativa que busca interpretar os significados subjacentes às falas e textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa. Baseia-se na ideia de que a linguagem não é neutra e reflete construções sociais, culturais e ideológicas. Para esta pesquisa, foram examinadas as respostas discursivas dos participantes, identificando padrões temáticos, contradições e recorrências que possam evidenciar percepções e representações dos indivíduos sobre o tema investigado.

Análise Documental

A análise documental envolve o exame sistemático de documentos que sejam relevantes para a pesquisa, como relatórios institucionais, diretrizes normativas, registros administrativos e outros textos que possam fornecer contexto e embasamento para a

investigação. Esta abordagem permite a triangulação das informações obtidas nos questionários e entrevistas, oferecendo uma base para a comparação entre discurso e prática, bem como para a identificação de mudanças ao longo do tempo.

Análise Quantitativa de Dados de Questionários Semiestruturados

Os questionários semiestruturados aplicados na pesquisa contêm perguntas fechadas e abertas. Para as questões fechadas, foi empregada uma abordagem quantitativa, utilizando estatísticas descritivas, como médias, medianas e frequências, a fim de identificar tendências e padrões de respostas. Já as respostas abertas foram analisadas qualitativamente, utilizando categorias emergentes, permitindo uma interpretação mais detalhada das percepções e experiências dos participantes. Essa combinação de métodos possibilita uma visão ampla dos dados coletados e confere maior validade e robustez às conclusões da pesquisa.

Assim, ao integrar essas três abordagens metodológicas, a pesquisa busca fornecer uma análise abrangente, considerando tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos, garantindo um entendimento aprofundado do fenômeno investigado.

6. DADOS DA PESQUISA

Eixos

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

6.2 DESENVOLVIMENTO

6.3 ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Após apresentar os dados, deve haver uma seção dedicada à sua análise e apropriação pelos membros da comissão, de forma a embasar a execução de ações concretas.

É reportado, então, um verdadeiro diagnóstico sobre a IES, detalhando os pontos positivos e negativos experienciados. Deve discriminar, por fim, o que foi cumprido negativos experienciados. Deve discriminar, por fim, o que foi cumprido daquilo que se estabeleceu no PDI.

Fator	Administração	Biomedicina	Direito	Enfermagem	Educação Física	Psicologia
Qualidade das disciplinas	Bem avaliadas, exceto algumas com opiniões medianas	Maioria bem avaliadas	Disciplinas jurídicas centrais bem avaliadas	Disciplinas clínicas tiveram melhor percepção	Disciplinas práticas melhor avaliadas	Integração teoria-prática em debates
Adequação da carga horária	Consistente na maioria das disciplinas	Algumas discrepâncias	Algumas reclamações em disciplinas específicas	Sugestões de aumento de carga horária em algumas disciplinas	Sugestão de mais tempo para disciplinas práticas	Carga horária questionada em algumas disciplinas
Materiais de apoio	Variado, mas algumas reclamações	Bem aceito	Bom na maioria dos casos	Bem avaliado	Recursos práticos elogiados	Solicitação de mais materiais interativos

Metodologia de ensino	Alguns docentes com notas baixas	Variável	Algumas diferenças entre professores	Positiva no geral	Sugestões de metodologias mais ativas	Debate sobre práticas supervisionadas
Atendimento dos docentes	Majoritariamente positivo	Variável	Alguns professores tiveram feedbacks negativos	Bom relacionamento com estudantes	Boa relação docente-aluno	Avaliação dividida

Outras análises:

1. Revisão das disciplinas com avaliações medianas ou baixas.
2. Melhorias na qualidade do material de apoio.
3. Monitoramento da metodologia de ensino dos docentes com notas mais baixas.
4. Avaliação de carga horária das disciplinas que apresentaram divergências.
5. Acompanhamento dos docentes com feedbacks negativos sobre relacionamento com estudantes.
6. Incremento das atividades práticas nos cursos que receberam essa sugestão.

Essas medidas podem auxiliar na melhoria da experiência acadêmica dos alunos e elevar a qualidade do ensino ofertado pela instituição.

6.4 AÇÕES PREVISTAS DE MELHORIAS

Os dados coletados evidenciam que a instituição mantém um alto padrão de qualidade em seu ensino, garantindo que os estudantes tenham uma experiência acadêmica enriquecedora. No entanto, algumas áreas foram apontadas como passíveis de aprimoramento, especialmente no que se refere à disponibilização de materiais complementares e à adequação da carga horária em determinados cursos.

A autoavaliação institucional possibilita a criação de estratégias para aprimorar continuamente os serviços oferecidos, garantindo uma formação acadêmica alinhada às necessidades dos estudantes e às exigências do mercado de trabalho.

7 OUVIDORIA

A Ouvidoria está estruturada e operante, com regulamento próprio de funcionamento, onde qualquer membro da comunidade acadêmica pode fazer sua manifestação por escrito através de e-mail. Todas as manifestações são recebidas e avaliadas pelo responsável e em seguida encaminhadas para o superior imediato do colaborador ou setor reclamado, exigindo uma resposta ao reclamante, quando este se identificar. Durante as reuniões de representantes de turmas e conversas informais há manifestação de fatos ocorridos, por isso há uma necessidade de maior divulgação dos meios de denúncia da IES. Nestas mesmas reuniões de representantes de turmas é divulgado o canal da ouvidoria e observado o sigilo.

Observa-se na pesquisa da CPA que uma parte dos membros da comunidade acadêmica não tem conhecimento da ouvidoria e muito menos de seu objetivo. A ouvidoria é um canal para manifestação das opiniões, sugestões, reclamações e problemas da sociedade e da comunidade acadêmica. É urgente um plano de divulgação da ouvidoria e seu objetivo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe da Comissão Própria de Autoavaliação acredita que o processo da Avaliação Institucional é um instrumento extremamente relevante para a Faculdade Católica de Mato Grosso, pois é o momento de conhecer a opinião da comunidade acadêmica em relação a IES, bem como seu perfil e utilizar essas informações para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem. A equipe considera que a comunidade acadêmica que participou da avaliação forneceu informações importantes para subsidiar futuras ações por parte da equipe de gestão da faculdade, tanto a acadêmica, quanto a administrativa e financeira. Percebeu-se, pelos dados, alguns pontos a serem trabalhados. Porém se faz necessário uma grande mobilização para mostrar não somente aos discentes, como também docentes e técnicos a importância da CPA e aumentar o número de participação na pesquisa em todos os segmentos. Cabe um destaque para as questões levantadas no espaço aberto às considerações como estrutura, limpeza, relações humanas, etc.

Esse relatório será encaminhado a direção e setores autorizados, além da divulgação de um relatório com informações sintetizadas no site da faculdade, bem como uma cópia que será impressa e disponibilizada na biblioteca acadêmica e através de link. A equipe da CPA sugere que todos os setores e departamentos que estão de alguma maneira envolvidos nos resultados obtidos pela pesquisa, que elaborem estratégias para solucionar questões apontadas por este relatório.

Com base nos resultados, a CPA recomenda algumas ações para fortalecer ainda mais a qualidade acadêmica da instituição:

- Revisão da carga horária para garantir um melhor equilíbrio entre teoria e prática, incluindo atividades de extensão, pesquisa e inovação.
- Ampliação dos materiais de apoio, incluindo recursos digitais e interativos.
- Aperfeiçoamento contínuo das metodologias de ensino, incentivando inovação e práticas pedagógicas ativas.
- Fortalecimento da relação docente-estudante, promovendo momentos de diálogo e escuta ativa.